



Tema: Arte/Educação Contemporânea:
metamorfoses e narrativas do ensinar/aprender.

Modalidade: Comunicação oral

GT: Artes Visuais

Eixo Temático: Políticas Públicas nas Artes Visuais: repercussões na escola e metamorfoses.

EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS QUE FORMAM PROFESSORES DE ARTES VISUAIS NO BRASIL: UMA LEITURA DOS DADOS DO INEP

Valéria Metroski de Alvarenga (UDESC, Santa Catarina, Brasil)
Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva (UDESC, Santa Catarina, Brasil)
Luana Pavesi Pera (UDESC, Santa Catarina, Brasil)

RESUMO

A presente investigação contempla uma etapa do Projeto “Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte: estudos comparados entre Brasil e Argentina”. O presente artigo utiliza como principal aporte teórico a tese de doutorado de Nascimento (2005) e busca analisar dados oriundos do INEP entre os anos de 2004 e 2012. Nos dados observou-se a utilização de três nomenclaturas para designar cursos de licenciatura na área de Artes no âmbito da visualidade, a saber: Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes. Constatamos sobre o período analisado que a nomenclatura Artes Visuais obteve grande ampliação em relação às demais denominações. Com base nos dados, apontou-se semelhanças e diferenças acerca dos cursos de formação de professores nesta área, e aferiu-se a quantidade atual de tais cursos, assim como as alterações destes ocorridas na última década. E quais as implicações disto para a formação de professores? O aumento dos cursos de licenciatura com essa nomenclatura permite que se ampliem os estudos na área da visualidade abrangendo as produções artísticas contemporâneas e sua versatilidade, o que os cursos de Artes Plásticas não permitiam por estarem mais ligados as técnicas envolvendo a maleabilidade do material e meios “tradicionais” de produção. Enquanto que os cursos de Artes, os quais em geral ainda ofertam as quatro linguagens artísticas, não permitem aprofundamento numa linguagem específica gerando o fenômeno da polivalência. Nesse sentido, o aumento dos cursos de Artes Visuais está em consonância com as necessidades dos docentes em propiciar um campo mais amplo de abordagem.

Palavras-chave: Artes Visuais; Artes Plásticas; Artes; Licenciaturas no Brasil.

EXPANSION OF UNDERGRADUATE TEACHER THAT FORM OF VISUAL ARTS IN BRAZIL: A READING OF DATA INEP

ABSTRACT

The present investigation covers one step of the project "Centre for Teacher Training within the Art Education: comparative studies between Brazil and Argentina." This article uses as its main theoretical contribution to the doctoral thesis of Birth (2005) and seeks to analyze data from the INEP between the years 2004 and 2012. In the data observed using three nomenclatures to designate degree courses in the area of within the visual arts, namely: Visual Arts, Fine Arts and Arts. We note that over the period analyzed the nomenclature Visual Arts got big expansion in relation to other denominations. Based on the data, pointed up similarities and differences about the training courses for teachers in this area, and has measured up the current amount of such

courses, as these changes occurred in the last decade. And what are the implications of this for teacher training? The increase in degree courses with this designation allows to extend the studies in visual covering contemporary artistic production and its versatility, what courses of Fine Arts did not allow for being more connected techniques involving the malleability of the material and means "traditional" production. While the courses of Arts, which generally still proffer the four artistic languages, do not allow a deepening specific language generating the phenomenon of versatility. Accordingly, the increase of Visual Arts courses are in line with the needs of teachers in providing a wider field approach.

Keywords: Visual Arts; Plastic Arts; Arts; Degrees in Brazil.

1) Introdução

Buscamos no presente artigo compreender o crescimento da demanda de oferecimento das licenciaturas em Artes Visuais no Brasil. A análise dos dados numéricos disponibilizados por organismos educacionais é uma das etapas do projeto de investigação bilateral intitulado “Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte: estudos comparados entre Brasil e Argentina” que busca identificar, analisar e sistematizar dados relativos a formação docente nos países investigados. Este Projeto desenvolve-se a partir de estudos comparados com o intuito de analisar o andamento das pesquisas referente a formação de professores de Artes Visuais no contexto da América Latina.

Esta pesquisa desenvolve-se estrategicamente na observação da formação de professores no âmbito da graduação e nas suas relações com a pós-graduação, bem como a inserção no campo de trabalho. Com base nas sistematizações acerca da formação de pesquisadores e nas inovações incorporadas no campo das licenciaturas, a missão deseja produzir material bibliográfico sobre formação de professores visando subsidiar a formação dos docentes que atuam na área de Artes no Brasil e em outros países América Latina. Da mesma forma, espera-se contribuir para o fortalecimento de parcerias institucionais, intercâmbios e missões de trabalho, sedimentando o Observatório como núcleo de pesquisa permanente.

Na primeira etapa deste Projeto, realizou-se um mapeamento das pesquisas existentes sobre formação de professores em Artes Visuais e ensino de Artes nos cursos brasileiros de Licenciatura em Artes Visuais (HILLESHEIM, 2013). Na sequência, realizou-se um estudo comparado entre Brasil e Argentina que investigou de que forma os conteúdos sobre a América Latina estão inseridos no currículo das licenciaturas de Artes Visuais destes dois países (AZEVEDO, 2014). No campo referente aos dados da formação de professores de Artes à distância, temos o estudo de Sampaio (2014) que analisa o contexto dos cursos de licenciatura na modalidade à distância e seus desdobramentos.

Buscando sistematizar dados que se encontram dispersos, coletamos os dados quantitativos disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), acerca dos cursos de formação de professores de Artes Visuais. Na leitura inicial desses dados observou-se o uso de diferentes nomenclaturas para designar os cursos da área. Essa descoberta nos provocou a analisar aproximações e distanciamentos entre nomenclaturas diferenciadas que tangenciam a história da educação no âmbito artístico brasileiro. Além disso, analisamos também a oferta de cursos nas diferentes nomenclaturas nos dados estatísticos levantados pelo

INEP. Nessa inferência observamos pontos de discussão os quais serão detalhados ao longo do artigo.

Buscamos interagir com os dados em dois tópicos, a saber: (1) “Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes (Educação Artística): semelhanças e diferenças entre três nomenclaturas” e (2) “Demanda numérica dos Cursos de licenciatura que abarcam a visualidade no Brasil.”

No primeiro momento, apresentaremos algumas alterações ocorridas nas nomenclaturas dos cursos de licenciatura da área de arte, mais especificamente nos cursos de graduação que fazem referência à visualidade. Também apontaremos características semelhantes e distintas entre elas. Para tal, utilizaremos textos de Barbosa (2002), de Fonseca da Silva (2010), Biasoli (1999) e a tese de doutorado escrita por Erinaldo Alves do Nascimento, a qual foi defendida em 2005 sob o título de “Mudanças nos nomes da arte na educação: Qual infância? Que ensino? Quem é o bom sujeito docente?”

No segundo tópico, justificaremos nossa pesquisa, a qual é de cunho qualitativo, ou método misto, através de textos da Gatti (2011) e Creswell e Clark (2013). Posteriormente, apresentaremos os dados coletados no *site* do INEP, os quais indicam o número de cursos presenciais de licenciatura no Brasil com três nomenclaturas distintas, a saber: Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes (Educação Artística) no período de 2004 a 2012. Em seguida, faremos considerações sobre as relações de contexto a partir dos dados numéricos do INEP e das análises acerca das três nomenclaturas acima citadas em uma perspectiva analítica quali-quantitativa.

2) Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes (Educação Artística): semelhanças e diferenças entre três nomenclaturas

No contexto histórico da educação no Brasil, houve mudanças quanto à nomenclatura que designa a disciplina de Artes. Em 1971 foi instituída a Lei nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a arte foi incluída no currículo escolar intitulada de Educação Artística, mas considerada como “atividade educativa” e não como disciplina. A consequência desta lei refletiu na aplicação da modalidade polivalente¹ nas escolas, não especificando os conteúdos de cada linguagem artística e nem mesmo a habilitação do professor para ensinar nas diferentes linguagens.

Com a constituição do movimento arte-educação, na década de 80, os professores se organizaram em entidades em busca de novas orientações para o ensino da arte. Nesse primeiro momento surgem entidades políticas de representação dos arte-educadores, tais como: a FAEB², a AAESP, a AGA e a AAESC. Posteriormente, em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que significou um avanço para a área porque inseriu a Arte como componente curricular obrigatório, superando a ideia de atividade posta na lei 5.692/71.

Segundo o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Artes Visuais (2007), a atual legislação, em conjunto com as associações de arte-educação (Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Associação Brasileira de Artes

¹ Diz se polivalente ao processo de ensinar arte misturando conteúdos das diferentes áreas de artes (Música, Dança, Artes Visuais e Teatro) ministradas por um professor não habilitado nas diferentes áreas.

² Federação dos Arte Educadores do Brasil, fundada em 1987, Associação de Arte/Educadores de São Paulo, fundada em 1982, Associação Gaúcha de Arte/Educadores, fundada em 1984, e a Associação de Arte/Educadores de Santa Catarina fundada em 1992 e reconstruída em 2005.

Cênicas (ABRACE), permitiu o surgimento de DCNs para os cursos de graduação nas quatro linguagens artísticas.

As DCNs dos cursos de graduação em Artes foram propostas já com linguagens artísticas separadas. As DCNs dos cursos de graduação em Artes Visuais foram as que mais demoraram em serem efetivadas. Tornaram-se documento orientador com a Resolução CNE/CES nº 1/2009, enquanto que o Parecer CNE/CES nº 195/2003, aprovado em 5/8/2003 e publicado em 12/2/2004, aprova as DCNs dos cursos de Música, Dança e Teatro, as quais passam a ser documentos norteadores a partir do respectivo ano. Vemos que as DCNs dos cursos de Artes Visuais demoraram seis anos a mais do que as outras para serem aprovadas. Essas mudanças de nomenclatura nos cursos de formação inicial na área de Artes ocasionaram particularidades sobre a formação nas licenciaturas, inclusive nas Artes Visuais.

Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes (Educação Artística) são nomenclaturas distintas que estão presentes nos cursos de licenciatura do Brasil até os nossos dias. O que elas têm em comum? Em que elas divergem? Objetivamos responder tais questões com base em textos de Barbosa (2002), Fonseca da Silva (2010), Biasoli (1999) e Nascimento (2005). Iniciaremos com a nomenclatura Educação Artística, que hoje se transformou em Artes.³

A obrigatoriedade do ensino da Educação Artística⁴ na Educação Básica é estabelecida durante o Regime Militar, na década de 70. Tal denominação “[...] antes mesmo de ser oficializada pela lei 5.692/71, vinha sendo empregada para se referir, em geral, à formação básica em todas as artes.” (NASCIMENTO, 2005, p. 163). No entanto, segundo Barbosa (2002) tal nomenclatura ficou sendo vista como algo negativo após as dificuldades enfrentadas nas primeiras décadas de obrigatoriedade do ensino da arte, principalmente pelo conhecimento superficial em todas as linguagens artísticas (Música, Dança, Teatro e Artes Visuais), oferecidas pelas licenciaturas curtas, de dois anos, com o intuito de suprir a demanda por formação de professores para ministrar a Educação Artística na escola, após sua determinação legal (LDB 5.692/71).

Apesar dos cursos de Artes (Educação Artística) ainda existirem, hoje a maioria dos cursos na área de Arte são ofertados com linguagens artísticas separadas. Segundo Fonseca da Silva (2010), Biasoli (1999) e Barbosa (2002) tal procedimento advém de lutas de inúmeras associações de Arte Educadores⁵, as quais conseguiram alterar a nomenclatura “Educação Artística” para “Ensino da Arte” através da LDB 9.394/96, e efetivamente modificá-la com o (Parecer CNE/CEB – 22/2005).

³Atualmente aparece no *site* do INEP “Artes (Educação Artística)”, ou seja, a nomenclatura foi parcialmente alterada, mas ainda carrega uma “explicação” que nada mais é do que a nomenclatura anterior.

⁴“Educação artística foi oficializada pela política educacional do poder governamental ditatorial, com intervenção militar, enfatizando a arte como uma atividade, não como uma disciplina, instituída para, tão somente, liberar emoções e sentimentos, sem qualquer preocupação com (in)formação histórica e cultural. Arte-educação foi assumida, sobretudo, por intelectuais universitários, engajados/as no processo de formação docente nos cursos de licenciatura em educação artística, institucionalizados a partir de 1973, em reação crítica aos desdobramentos excessivamente expressivistas conferidos oficialmente à educação artística.” (NASCIMENTO, 2005, pp. 163-164).

⁵“A criação das associações estaduais de arte-educadores e sua conseqüente reunião em torno da Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB) teve como conseqüência a ampliação e o aprofundamento do debate, em congressos e seminários realizados em todo o país, sobre a especificidade da formação do profissional da arte (bacharel e licenciado), culminando com uma intensa mobilização quando das discussões em torno da LDB/96. Tal debate arregimentou também profissionais organizados em outras associações, como a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Associação Brasileira de Artes Cênicas (ABRACE) etc, em consonância com as discussões contemporâneas desenvolvidas pelas associações internacionais, tais como a International Society for Education through Art (INSEA).” (PARECER CNE/CES Nº: 280/2007).

Segundo dados do INEP, na parte que trata sobre as “Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação”, até o ano de 2009 aparecia, além da denominação “Formação do professor de Artes (Educação Artística)”, utilizada em seus dados estatísticos, um tópico referente a quantidade de cursos de “Formação de professor de Educação Artística para Educação Básica”. Depois deste período, este item foi excluído, provavelmente por não ter mais cursos com estas características. Todavia, ainda temos a nomenclatura “Artes (Educação Artística)” no *site* do INEP, a qual evidencia resquícios da nomenclatura anterior com cursos que ofertam mais de uma linguagem artística. No Brasil muitos desses cursos de “Artes” ofertam as quatro linguagens artísticas com habilitação em apenas uma delas.

As habilitações referentes a visualidade variam entre: desenho, escultura, gravura, pintura, Artes Plásticas e Artes Visuais. Além destes cursos de “Artes” com habilitações em diversas linguagens e/ou técnicas referentes à visualidade, temos também cursos de licenciaturas em Artes Plásticas e Artes Visuais separadamente, com duração média de quatro anos.

Retomando um ponto acima abordado, por visualidade, compreendemos a linguagem artística cuja base se estrutura e/ou tem maior foco de interesse a visão, ou seja, a fotografia, o vídeo, a pintura, a escultura, a gravura, o desenho, entre outros meios que priorizam a visualidade tanto na produção quanto na recepção artística. Nessa perspectiva, podemos incorporar as Artes Visuais, as Artes Plásticas e no caso deste contexto das nomenclaturas as Artes (Educação Artística), por esta ofertar, na maioria dos casos, dentre as quatro linguagens artísticas, uma relacionada a visualidade, sendo esta geralmente denominada Artes Visuais ou Artes Plásticas.

Isto posto, perguntamo-nos: qual a diferença existente entre as nomenclaturas Artes Plásticas e Artes Visuais? Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte nos fornece uma explicação para a alteração dessas nomenclaturas:

As artes visuais, além das formas tradicionais (pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, artefato, desenho industrial), incluem outras modalidades que resultam dos avanços tecnológicos e transformações estéticas a partir da modernidade (fotografia, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação, performance). (PCN-Arte, 1998, p. 45).

Tendo por base esta citação, compreendemos que a necessidade de alteração da nomenclatura ocorreu devido à ampliação e a diversidade de possibilidades de meios para a produção artística contemporânea, a qual permite a realização de obras de arte utilizando as novas tecnologias além dos meios que possuem plasticidade. Ou seja, a nomenclatura Artes Visuais abarca muito mais formas/meios do que a nomenclatura Artes Plásticas.

Após essas breves considerações sobre as nomenclaturas e suas alterações ao longo dos anos, apresentaremos semelhanças e diferenças entre as mesmas. As três nomenclaturas aqui citadas fazem referência à visualidade, em maior ou menor grau, assim como o diploma em qualquer uma dessas diferentes denominações costuma permitir que o professor leccione a disciplina de Arte na Educação Básica. Porém, ainda hoje, temos problemas com as mesmas, justamente pela coexistência destas nomenclaturas nos cursos de graduação e pelo fato de haver na LDB 9.394/96 a nomenclatura “Arte”, sem especificar quais linguagens artísticas englobam esta denominação.

No que se refere a esse último ponto, o projeto de lei 7.032/10 prevê a alteração da nomenclatura “Arte” e a inclusão das linguagens específicas no texto da atual legislação, a saber: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, assim como a sua obrigatoriedade na Educação Básica. Pois, atualmente a única linguagem artística específica que aparece na presente LDB é a Música, através da lei 11.769/2008. No entanto, como Alvarenga (2013) ressalta, o ponto positivo deste projeto de lei é a adequação entre a formação docente por linguagem específica e a garantia da lei para a atuação docente de acordo com a linguagem artística de formação. Porém, questões de infraestrutura, currículo, políticas públicas educacionais, quantidade atual de cursos por linguagens artísticas específicas, entre outros fatores fazem com que tal projeto apresente dificuldades em ser concretizado, quando e se aprovado definitivamente.

No que se refere às diferenças entre Artes, Artes Plásticas e Artes Visuais, estas vão além da nomenclatura, pois o curso de Artes (Educação Artística) engloba articulações com as outras três linguagens artísticas (Música, Dança e Teatro), além das Artes Visuais e/ou Artes Plásticas. Esta última dedica-se a materiais e técnicas com foco na maleabilidade do próprio material, portanto, dedica-se a pintura, desenho, gravura e escultura⁶. Enquanto que as Artes Visuais abrangem todas as técnicas tradicionais, assim como permite o cinema, a performance, a fotografia, a arte digital e tudo mais que faça referência a visualidade abarcando novos materiais, formas/meios e/ou novas tecnologias.

Após termos apontado algumas semelhanças e diferenças entre as três nomenclaturas presentes nos cursos de licenciatura que fazem referência a visualidade, perguntamo-nos se a quantidade dos cursos de licenciatura com essas distintas denominações é semelhante.

3) Demanda numérica dos Cursos de licenciatura que abarcam a visualidade no Brasil

Após situarmos os termos apresentando as três nomenclaturas existentes que têm relação ou fazem referência à visualidade, assim como suas semelhanças e diferenças, verificaremos a distribuição de cursos de licenciaturas no Brasil com estas denominações. Analisaremos apenas os cursos presenciais na habilitação em licenciatura em Artes no âmbito visual, ofertados entre os anos de 2004 e 2012 com base nos dados oriundos do INEP, antes, porém, desejamos situar o caminho metodológico trilhado.

Nossa pesquisa é de cunho quali-quantitativo ou misto como é tratado por Creswell e Clark (2013), tal método se faz necessário em uma pesquisa vinculada à educação, a qual geralmente utiliza métodos qualitativos.

Segundo Gatti (2004) muitos pesquisadores da área da educação não são familiarizados com pesquisa quantitativa. A autora justifica que dentre os motivos, está o fato de que este método nunca teve uma tradição sólida na pesquisa educacional, ou uma utilização mais ampla na história brasileira. Segundo a mesma, isto gera uma dificuldade no uso destes instrumentos analíticos de modo mais consistente. No entanto, tal forma pode ser muito viável e facilitadora, pois,

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais

⁶ Ressaltamos que tais procedimentos não precisam ser realizados apenas com os materiais tradicionais, pois na contemporaneidade há muitos meios de recriar as formas convencionais.

ainda, a combinação desse tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. (GATTI, 2011, p.80).

Neste sentido, as informações “traduzidas em número” nos ajudam a ter um panorama amplo da situação e nos permite comparar mais facilmente alguns dados que talvez a pesquisa qualitativa não permitiria. Porém, Gatti (2011) ressalta que “[...] os métodos quantitativos de análise são recursos para o pesquisador, o qual deve saber lidar com eles em seu contexto de reflexão (num certo sentido deve dominá-los) e não submeter-se cegamente a eles” (GATTI, 2011, p.81). Pois, tais dados devem ser entendidos e tratados como indicadores, os quais “oferecem indícios sobre as questões tratadas, não verdades; que fazem aflorar semelhanças, proximidades ou plausibilidades, não certezas.” (GATTI, 2011, p. 81).

Nesta perspectiva, pretendemos utilizar os dados, mas atentos que os mesmos são apenas um indicativo, não algo irrefutável. Diante disso, apresentaremos um gráfico com a quantidade de cursos presenciais de licenciatura com as três nomenclaturas em questão, a saber: Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes (Educação Artística).

Gráfico I – Quantidade de cursos presenciais de licenciatura em Artes Visuais, Artes Plásticas e Artes no Brasil (2004-2012)

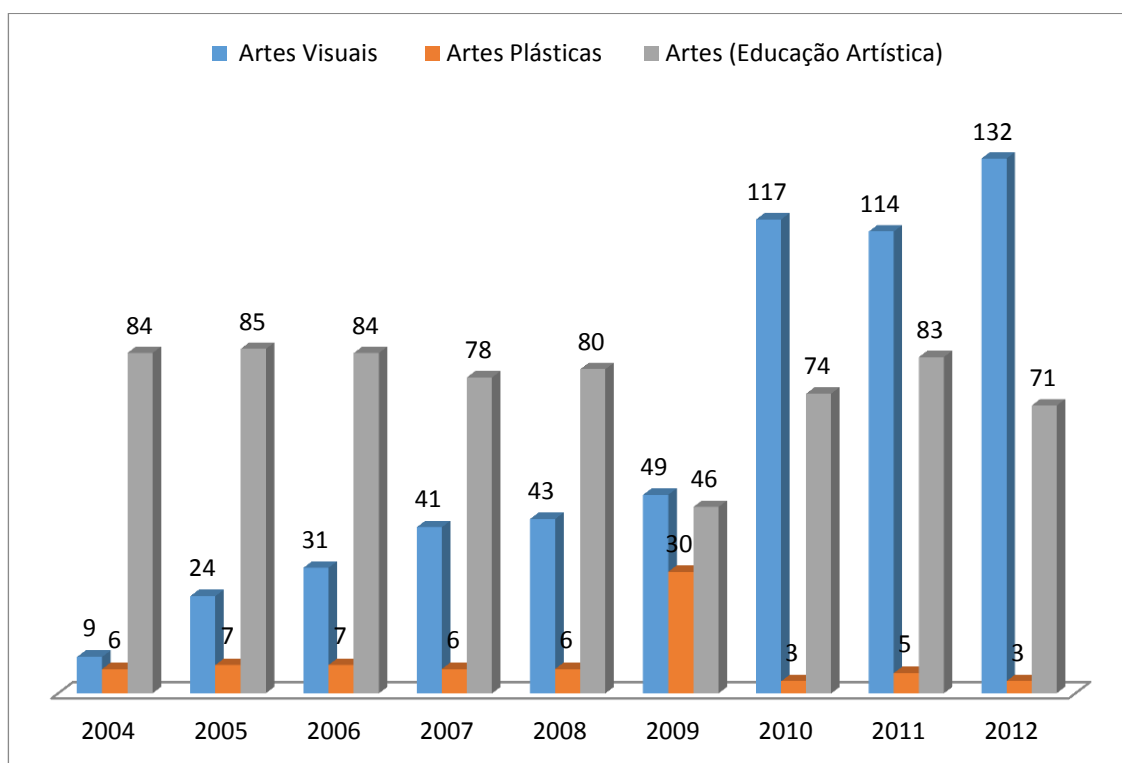


Gráfico elaborado pelas autoras
Fonte: *site do INEP*⁷

Antes de começarmos a analisar os dados apresentados no gráfico, é importante ressaltar que durante a coleta encontramos alterações destoantes em relação à quantidade de cursos, principalmente no que se refere aos cursos de Artes Plásticas

⁷ Link para acessar os dados do INEP referentes às *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

ofertados no ano de 2009. Durante os outros oito anos pesquisados a média variou entre 3 e 9 cursos de licenciatura com esta nomenclatura, e em 2009 especificamente, estes números aumentaram bruscamente para 30 cursos, alteração esta que não se manteve estável e não há indícios desta alteração nos anos anteriores. Neste mesmo ano, os cursos de Artes também apresentaram uma queda, a qual parece muito diferente dos demais.

Considera-se aqui, que trata-se de um gráfico elaborado pelas autoras, mas com base em dados fornecidos por um órgão oficial e desta forma, não temos como contradizer seus índices, apenas pontuamos questões que destoam em relação aos demais anos apresentados pelo INEP. Portanto, como os dados quantitativos devem servir como apoio e não como verdade irrefutável, consideramos que os dados referentes ao ano de 2009 apresentaram falhas identificadas através do conjunto da análise dos mesmos.

Observa-se, no referido gráfico sobre os cursos de licenciaturas, fornecido pelo INEP, que entre os anos 2009 e 2010 o número de cursos de Artes Visuais aumentou vertiginosamente em mais de 50% em apenas um ano. Este salto quantitativo é questionável, pois, no mesmo período apresenta-se uma alteração diferenciada no índice de cursos de Artes Plásticas, que não é igualmente evidenciado pelo fluxo dos demais anos neste gráfico, tal como dito acima. Visto que, no ano de 2008 havia 6 cursos brasileiros de Artes Plásticas que se multiplicaram significativamente em apenas um ano e, em 2009, este número saltou para 30 cursos de Artes Plásticas justamente em um momento do contexto histórico educacional do país em que esta nomenclatura perdia forças em relação a nova nomenclatura, a saber: Artes Visuais.

Feitas as ressalvas, vamos à análise dos dados. No ano de 2004, havia apenas nove (9) cursos presenciais de licenciatura em Artes Visuais, já em 2012 esse número mudou para cento e trinta e dois (132), tal como pode ser observado nos dados com a cor azul. Ou seja, o crescimento dos cursos com essa nomenclatura, no período analisado, é realmente alto. Considerando que no ano de 2012 o INEP também apresentou dados com a quantidade de cursos de licenciatura presenciais em conjunto com a quantidade de cursos nessa mesma habilitação, mas na modalidade à distância, observamos que a quantidade de graduações de licenciatura nas duas modalidades chegou a 156 cursos. Ou seja, se considerarmos as duas modalidades, apresentadas no ano de 2012, em conjunto com o número de cursos presenciais de 2004, temos um aumento na proporção de 1.700% nos cursos de licenciatura em Artes Visuais.

No que se refere aos cursos de Artes Plásticas, os dados nos mostram que houve pouca alteração na quantidade dos mesmos entre os anos de 2004 e 2012. Podemos observar que em 2004, o número de cursos presenciais de licenciatura em Artes Plásticas (6) e Artes Visuais (9) eram muito próximos. Porém, em 2012, o número de cursos de licenciatura na modalidade presencial em Artes Plásticas diminuiu para três (3), enquanto que os cursos de licenciatura em Artes Visuais na mesma modalidade aumentaram para 132 cursos, equivalendo a uma proporção de 1.500%.

Os cursos com a nomenclatura Artes (Educação Artística) tiveram poucas alterações em sua quantidade, durante o período temporal analisado. Se considerarmos apenas o ano de 2004 em relação ao ano de 2012, observamos que houve uma pequena queda, passando de 84 cursos para 71. Então, não podemos afirmar que estes cursos, que geralmente ofertam todas as linguagens artísticas, simplesmente foram trocando a nomenclatura para Artes Visuais ou alguma outra linguagem artística após as reivindicações dos movimentos e associações artísticas na década de 80 ou após a

instituição da LDB 9.394/96. Esses cursos de licenciatura “polivalentes” ainda existem e apresentam um número relativamente alto, sendo 71 cursos de licenciatura presenciais em âmbito nacional, no ano de 2012, com a nomenclatura acima citada a qual não especifica nenhuma linguagem artística, mas mantém uma denominação abrangente.

As nomenclaturas diferenciadas referentes a formação docente no âmbito da visualidade distribuem-se de forma desigual entre o número de graduações presenciais brasileiras. Observa-se esta distribuição no levantamento dos referidos cursos, realizado pelo INEP, como podemos ver no gráfico apresentado abaixo. Estes dados foram organizados por Organização Acadêmica, Categoria Administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES), Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e os Programas e/ou Cursos brasileiros no ano de 2012.

Gráfico II - Cursos e/ou programas de formação de professores no âmbito da visualidade no Brasil (2012)

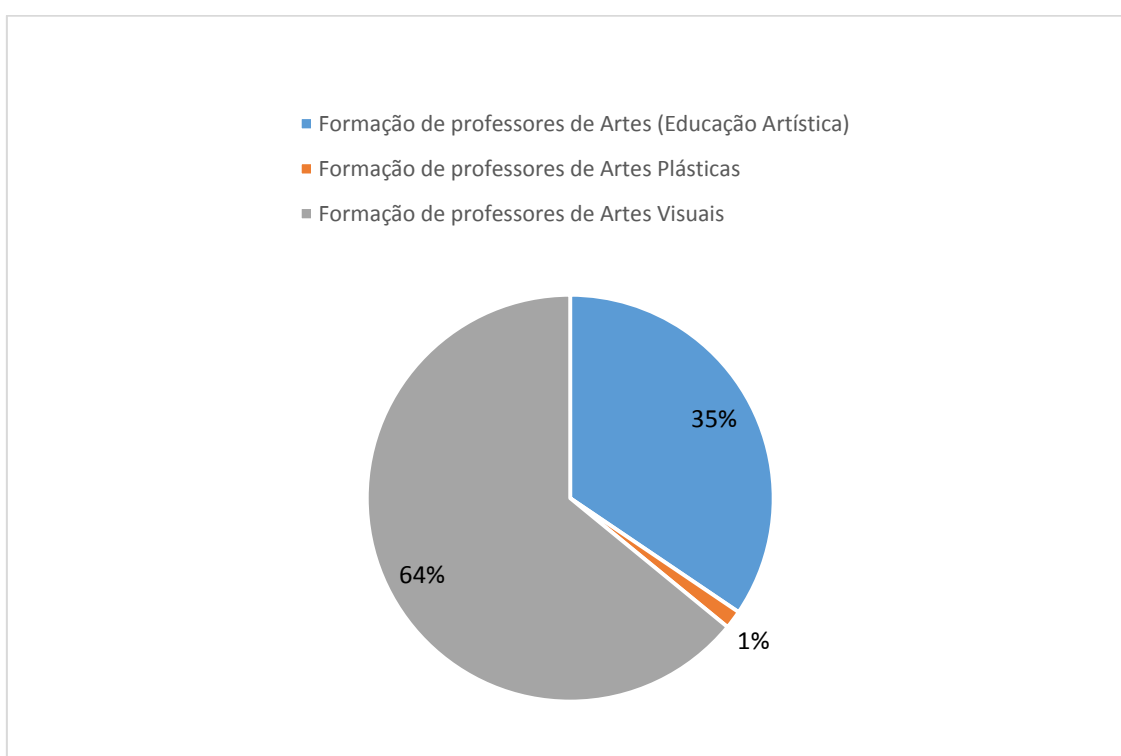


Gráfico elaborado pelas autoras
Fonte: *site do INEP*

Segundo dados oriundos do INEP, no ano de 2012 havia no Brasil 132 Cursos e/ou Programas correspondentes à formação de professores de Artes Visuais em atividade. Esta nomenclatura compreende o termo vigente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte em detrimento das demais nomenclaturas para esta área de formação.

Na sinopse da educação superior realizada pelo INEP, ainda referente ao ano de 2012, consta que houve no Brasil 10.865 matrículas para formação de professores de Artes Visuais em cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria administrativa das IES, segundo as áreas gerais, as áreas detalhadas e os programas e/ou cursos do país. Nas demais nomenclaturas este número é menor, mas de todo modo ainda é proporcional a quantidade de cursos existentes, sendo 3.364 matrículas na formação de professores de Artes (Educação Artística) e no que se refere a formação de professores de Artes Plásticas houve 242 matrículas.

Referente ao número de concluintes dos cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e categoria administrativa das IES no levantamento feito pelo INEP em 2012, houve 1.639 concluintes nos cursos de formação de professores de Artes Visuais, 726 concluintes no curso de formação de professores de Artes (Educação Artística) e 53 concluintes na formação de professores de Artes Plásticas. Tais dados são um indicativo complementar para termos uma dimensão da quantidade de matriculados e de concluintes de acordo com o número de cursos de licenciatura presenciais com as três nomenclaturas.

4) Considerações finais

Conforme o exposto, constatamos que as nomenclaturas de cursos de licenciatura que fazem referência a visualidade convivem até hoje no Brasil, apesar da variação de quantidade entre elas. Assim como possuem características semelhantes e distintas. Também vimos que a quantidade de cursos de Artes (Educação Artística) é relativamente alta e apresenta pouca variação na quantidade de cursos ofertados no período de 2004 a 2012. Já os cursos de Artes Plásticas apresentaram uma variação relativamente pequena neste mesmo período. Considerando esses pontos, perguntamo-nos: por que ainda há outras nomenclaturas e não somente Artes Visuais? Levantamos algumas questões em relação a essa problemática, uma delas diz respeito aos motivos que levam as instituições a modificarem os nomes dos cursos, pois não modificam as nomenclaturas apenas para atender a legislação, mas também por suas próprias crenças, orientadas também pelos modelos vivenciados e presentes em sua própria biografia de educador. As instituições são movidas por pessoas, seus interesses e concepções e nem sempre a legislação por si só, produz mudanças efetivas.

No entanto, com base na análise dos dados do INEP, verificamos que houve um grande aumento na quantidade de cursos de licenciatura em Artes Visuais em apenas nove anos (2004 a 2012), sendo que de 9 cursos, eles se transformaram em 132. Outro ponto que convém ressaltarmos diz respeito ao fato da quantidade de cursos de licenciatura com esta nomenclatura ter aumentado em 50% em apenas um ano (de 2009 para 2010). Isso ocorreu devido a um conjunto grande de fatores. Um deles diz respeito ao processo de mudança do sistema educativo como um todo, dos desdobramentos da LDB 9.394/96, o crescimento da necessidade de oferecimento da disciplina na escola, o desejo das instituições de terem diferentes cursos de licenciatura e fundamentalmente o crescimento da área de Artes. É inegável o crescimento da Pós-Graduação em Artes no Brasil, dos grupos de pesquisa e da ampla gama de produção da área.

Não podemos deixar de destacar também a expansão do ensino superior no Brasil a partir da entrada do governo Lula (2003-2010) que implantou um conjunto de projetos para expandir o ensino superior brasileiro extremamente sucateado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Embora não estejamos num momento de grande efervescência política das associações e da própria federação de arte educadores, o que temos hoje como um panorama significativo da área foi construído também com o trabalho político de muitos educadores que estiveram a frente desses espaços de intervenção.

Mais do que nos deslumbrarmos com a quantidade de cursos e com o aumento vertiginoso, nos cabe perguntar pela qualidade desses cursos e das possibilidades de ampliação da formação estética dos estudantes nas escolas. Certamente o tema nos exige um conjunto de outros estudos que possibilitem observar a entrada dos estudantes na escola, os conteúdos disponibilizados para os alunos na graduação, o percentual de

egressos das licenciaturas, bem como a absorção destes egressos no mercado de trabalho.

5) Referências

ALVARENGA, V. M. **O projeto de lei 7032/10 prevê linguagens artísticas separadas na educação básica: será o fim da polivalência?** *Linguagens-Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 7, n. 3, p. 261-275. 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/4067/2593>> Acesso em: 26 de ago. de 2014, 14:30:30.

BARBOSA, A. M. (org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BERNARDETE A. Gatti. / organização Walter E. Garcia; **textos selecionados de Bernardete A. Gatti**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Perfis da Educação).

BIASOLI, C. L. A. **A formação do professor de arte: Do ensaio... à encenação**. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, bacharelado e licenciatura. PARECER CNE/CES Nº: 280/2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces280_07.pdf> Acesso em: 02 de jul. de 2014, 13:00:00.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 10 de jun. de 2014, 09:10:00.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília, SEF/MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>> Acesso em: 29 de jan. de 2014, 10:15:00.

BUJAN, F. **La construcción de un observatorio latinoamericano de la formación de profesores de artes en las universidades**. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, volume 8, número 2, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/4104/2934>> Acesso em: 20 de mar. 2014, 11:20:30.

CLARK, V. L. P. e CRESWELL, J. W. **Pesquisa de Métodos Mistos - Série Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Bookman. 2ª Ed., 2013.

FONSECA DA SILVA, M. C. R. **Formação de professores de arte e perspectivas de atuação política**. In: Anais do 3º Simpósio da Licenciatura em Arte Visuais da FAP e 2º ENREFAEB Sul. Curitiba: Editora FAP, 2010.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, vol. 30, n. 1, 1999-2014, 2004.

NASCIMENTO, E. A. **Mudanças nos nomes da arte na educação: Qual infância? Que ensino? Quem é o bom sujeito docente?**. 2005. 255f. Tese de doutorado. Artes Plásticas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

Valéria Meroski de Alvarenga

Mestranda em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de pesquisa Ensino da Arte. É orientanda da Professora Doutora Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva. É licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Recebe bolsa de estudos da CAPES/FAPESC.
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4292142Z4>

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva

Atua como professora do Mestrado e doutorado em Artes Visuais da UDESC. É Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE da UDESC. Atualmente coordena o Projeto bilateral intitulado: Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte: estudos comparados entre Brasil e Argentina.
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794793U4>

Luana Pavesi Pera

Acadêmica do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Observatório da Formação de Professores no âmbito do Ensino de Arte: estudos comparados entre Brasil e Argentina. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Arte e Inclusão.
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4679011D7>